



07 a 11 de Agosto

Serviço Social, Direitos Humanos e o Princípio de Justiça

**SEMANA ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL DO AMAZONAS
GESTÃO AVANÇAR: A LUTA NÃO PODE PARAR 2016 - 2017**

Eixo 01: Trabalho e Questão Social

**ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO
DURANTE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Fernanda dos Santos de Almeida Lima ¹, Taysa Cavalcante Rodrigues ², Vitória Verônica Moraes da Silva ³, Orientador(a): Dra. Katia de Araújo Lima Vallina ⁴

¹ Acadêmica do curso de serviço social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

² Acadêmica do curso de serviço social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

³ Acadêmica do curso de serviço social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

⁴ Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UFAM.

Resumo

O não acesso à educação é uma das expressões da questão social e, portanto, um dos grande desafios brasileiro que se torna ainda maior quando se trata de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Nos marcos legais da área infanto-juvenil, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) reafirmam a educação como um direito e este último enfatiza a importância de inclusão dos adolescentes em conflito com a lei nas políticas públicas, e em particular na política educacional. Com base nesse entendimento é que a presente pesquisa se propõe a identificar a relação estabelecida entre a rede pública de educação básica em Manaus e a Unidade de Internação Provisória (UIP) para a garantia à educação dos adolescentes internados.

Autorização Legal

Autorização legal conforme CEP e número 68314217.5.0000.5020.

Palavras-chave: Educação, SINASE, Criança e Adolescente.

Introdução

A pesquisa tem como objetivo desvelar o acesso à educação no processo de cumprimento da medida socioeducativa, frisando que tanto o poder público como a família têm um papel importante na garantia

desse direito, que é fundamental para a construção de cidadãos, além de ser um espaço de apropriação de valores e representar um meio de socialização imprescindível para a vida social.

Parte-se do pressuposto de que no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente vários fatores sociais colaboram para a formação e construção de valores destes sujeitos, sendo a educação parte aliada da família. Segundo Picanço (2012, p.14), “a educação constitui um dos componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena no seu ambiente”, ou seja, a escola e a família são partes desse processo de socialização trabalham conjuntamente no alcance de um mesmo objetivo.

A educação é então de grande relevância para o desenvolvimento dos jovens. Entretanto, muitas vezes tal educação não é acessível a todos, sobretudo às pessoas de baixa renda, fato que se configura como uma das expressões da questão social. Ademais, grande parte dos adolescentes que se encontram na unidade de internação provisória apresentam uma vulnerabilidade social que agrava mais ainda as possibilidades de inserção educacional.

A escola como participante desse processo de socialização tem um papel fundamental na fomentação e fortalecimento do vínculo familiar para o bom desenvolvimento da criança e do adolescente e assim evitar a prática do ato infracional e colaborar com a sua reinserção social e cidadania e esse reconhecimento está reafirmado nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Vale ressaltar que essas legislações anteriormente mencionadas possuem um papel fundamental no sentido de assegurar o Art. 227 da Constituição Federal de 1988.

A pesquisa objetiva identificar como acontece a articulação da rede de educação básica no município de Manaus com o SINASE, bem como descobrir se as Secretaria Municipal e estadual de Ensino possuem programas de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, de tal forma a levantar

dados sobre a evasão escolar relacionada aos adolescentes internados na Unidade de Internação Provisória e desvelar a importância da vida escolar no processo de desenvolvimento dos adolescentes.

Metodologia

A modalidade da presente pesquisa é bibliográfica, documental e de campo. A primeira “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p.50), que versem sobre os direitos sociais de crianças e adolescentes, política educacional, sistema de proteção à criança e ao adolescente, preconizado pelo ECA e pelo SINASE e a aplicação de medidas socioeducativas. A segunda - Pesquisa Documental - contará com a exploração de fontes documentais, como programas, projetos, relatórios, dados estatísticos, dentre outros existentes na Unidade de Internação Provisória, *lôcus* da pesquisa de campo, que tratem da dimensão educacional no atendimento a adolescentes submetidos a medidas socioeducativas.

A pesquisa de campo, por sua vez, será realizada na Unidade de Internação Provisória, em Manaus, com adolescentes reincidentes ao ato infracional internados na referida instituição durante os três meses previstos para a viabilização da pesquisa de campo. Pretende-se ir além da observação dos fatos e fenômenos e fazer uma coleta de dados e informações – pesquisa quanti-qualitativa - sobre a realidade a ser investigada, analisar os dados/informações com base em uma fundamentação teórica sólida com objetivo de tornar claro o problema pesquisado. No tocante à modalidade da entrevista, esta será semiestruturada.

É relevante salientar que será construído o termo de anuência para devida autorização da realização da pesquisa, para que o responsável do local onde será realizada a pesquisa autorize a realização da mesma, bem como será dado o termo de consentimento livre e esclarecido para os

participantes e seus responsáveis para devida autorização para realização da mesma, para que não haja prejuízos e nenhum direito seja ferido.

Na pesquisa qualitativa, busca-se uma aproximação com a realidade não reduzindo está a apenas dados, pois “corresponde a um espaço mais profundo das relações, não podendo reduzir os processos e os fenômenos à operacionalização de variáveis” (DESLANDES; MINAYO, 1994, p. 21-22), este método pretende analisar as informações obtidas na pesquisa de campo, com os sujeitos previamente selecionados. Na pesquisa quantitativa se busca a coleta de dados referente aos adolescentes matriculados em instituição de ensino antes de adentrar na unidade de internação, dados sobre a evasão escolar dos internos, reincidência do ato infracional, dentre outros dados locais e nacionais.

Resultados e discussões

Na fase de pesquisa documental já identificamos na análise dos dados estatísticos da Unidade que no período de cinco meses, entre Janeiro à Maio de 2017 houve a internação provisória de 239 (duzentos e trinta e nove) adolescentes, dos quais 115 (cento e quinze) haviam desistido dos estudos no ensino fundamental e 10 no ensino médio, 78 (setenta e oito) estavam cursando o ensino fundamental e 21 (vinte e um) o ensino médio e por fim, os demais adolescentes configuraram-se matriculados, mas não estão frequentando.

Conclusão

É importante reconhecer a educação como integrante do processo de desenvolvimento do adolescente que está reafirmado nas diretrizes do ECA e no SINASE, como aquele que vai promover a cidadania responsável dos adolescentes que cometeram o ato infracional, vai possibilitar a reinserção social e evitar a reincidência do ato infracional. A educação pode ser

fundamental no processo de inserção social e na possibilidade de proporcionar uma nova perspectiva de vida àqueles em cumprimento de medida socioeducativa para que não haja a reincidência do ato infracional.

Referências

DESLANDES, Suely Ferreira & MINAYO, Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis – Rio de Janeiro, 1994.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PICANÇO, Ana Paula Luíza Bibe. **Relação entre escola, família - as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem.** Tese de Mestrado – Escola Superior de educação João de Deus. Lisboa – 2012

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069/90 comentado artigo por artigo/** Luciano Alves Rossato, Paulo Eduardo Lépore, Rogério Sanches Cunha. - 7. ed. rev. Atual e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2015.